

O MIGRANTE E A VIOLENCIA

A "mão armada" da classe dominante

Hélio Bicudo *

Foto: Luiz C. Murauska



A violência é hoje, e não apenas hoje, mas também no passado, uma constante do cotidiano. É a violência, no caso brasileiro, um produto — ou subproduto — de um sistema sócio-econômico substancialmente injusto, que contamina todas as atividades do homem, na linha de submetê-lo e de contê-lo, em nome dos privilégios que uma minoria alcançou, mediante a espoliação da maioria, privilégios esses que não se deseja ver, sequer, esmaecidos.

O povo sofrido do Brasil sempre foi vítima da violência: dos colonizadores sobre os índios; dos senhores sobre os escravos; dos fazendeiros sobre os camponeses, hoje, os "bóias-frias"; dos latifundiários sobre os posseiros; dos patrões sobre os operários; dos poderosos sobre os que lutam pela liberdade; do poder temporal sobre a Igreja dos pobres.

Esta é a violência de que falam os bispos em Puebla: "...gerada e fomentada pela injustiça, que se pode chamar de institucionalizada em diversos sistemas sociais, políticos e econômicos, quanto pelas ideologias que a transformam em meio para a conquista do poder. Este último provoca, por sua vez, as proliferações dos regimes de força, muitas vezes inspirados na ideologia da "segurança nacional".

Na raiz dessa injustiça está um sistema sócio-econômico intrinsecamente mau, porque baseado na desigualdade, que produz, de um lado, cada vez mais riqueza, poder e arbítrio para uns poucos e, de outro, submissão, pobreza e miséria crescentes para a grande maioria. Rara manter essa injustiça, a violência maior consiste em retirar do povo a possibilidade de participar da vida política, econômica e social do país. Consiste em impedir a livre organização e associação dos cidadãos para a defesa de seus direitos mais legítimos, fazendo-o de forma violenta, reprimindo manifestações pacíficas e justas com uma brutalidade deixada freqüentemente impune.

Mas, em nossos dias tudo isso não conta. O que realmente conta é a violência atribuída ao marginal e contra ele se joga uma violência muito maior, que visa a sua eliminação. Essa violência, os fatos estão aí para comprová-la, tem-se exercido contra os jovens, os desempregados, os negros, os trabalhadores e contra todos os que protestam por melhores condições de transporte, educação, saúde e trabalho.

A ATUAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE

Um dado, entretanto, cumpre desde logo salientar, é o de que a violência aparece

exacerbada durante o regime militar, que teve início com o golpe de 1964.

Com a aplicação prática da ideologia de segurança nacional, desenvolvida depois da segunda guerra mundial, na então recém-criada Escola Superior de Guerra, o Brasil atravessou os últimos vinte anos sob o signo da violência, a qual se derramou, nesse período, também sobre a classe média, pelas circunstâncias inerentes à luta política que então foi deflagrada e a alcançou em proporções consideráveis.

Nesse período, a classe média, que ainda não tomara conhecimento da chamada questão policial, passou a ter seus filhos mais jovens presos ilegalmente, submetidos à tortura e à morte. Muitos deles desapareceram ou sofreram as agruras do exílio.

Ao ser atingida, a classe média sentiu, pela primeira vez, na própria carne, o significado das chamadas práticas policiais rotineiras, de detenções ilegais, de tortura para extorquir informações e da morte, como consequência da tortura ou como atitude destinada à eliminação pura e simples, de marginais ou delinqüentes.

Essas práticas, entretanto, vêm de anos. E, na verdade, não eram consideradas porque atingiam e atingem uma parcela da população que não tem voz na sociedade brasileira: os marginalizados de toda espécie, homens e mulheres que pertencem à extensa legião dos absolutamente pobres — cerca de setenta por cento da população brasileira, nas conclusões de conhecida pesquisa levada a efeito pelo sociólogo Hélio Jaguaribe — dentre os quais se encontram os negros, os desempregados, os menores abandonados. Os fatos não chegavam ao conhecimento das classes burguesas, primeiro, porque deles estavam distantes, e, depois, porque o seu conhecimento não as interessava.

Os "esquadrões da morte", onde se formaram muitos dos quadros que atuaram na repressão dita política das últimas décadas, foram, sem dúvida, os organismos extra-legais que melhor representaram e representaram essa atitude do "sistema" frente a população.

Este fato apresenta-se muito claro quando se observa o caso de São Paulo. Ali, o "esquadrão" foi, realmente, desbaratado, como consequência das apurações levadas a efeito e dos procedimentos judiciais que se lhes seguiram. Mas também é certo que, como consequência dos rumos que os procedimentos judiciais tomaram, com condenações inexpressivas, que somente atingiram os policiais de menor nível e absolvições escandalosas, as práticas do "esquadrão da morte" ainda perduram e podem ser observadas nos inúmeros as-

Existe uma violência muito maior exercida contra os jovens, os desempregados, os negros, os trabalhadores e contra todos os que protestam por melhores condições de transporte, educação, saúde e trabalho.

sassinatos de marginais — delinqüentes ou não — levados a efeito pela polícia, hoje, principalmente, a Polícia Militar.

Houve, a propósito, uma espécie de inversão. O "esquadrão da morte" foi uma iniciativa da Polícia Civil de São Paulo, embora na Polícia Militar tivesse havido a iniciativa da criação de um "pelotão de morte". Mas, de uma maneira ou de outra, a experiência da Polícia Civil foi, no devido tempo, assimilada pela Polícia Militar, a qual, com incrível desenvoltura, invadiu aquela seara e passou a matar marginais e criminosos com o estímulo da Justiça Militar, cuja competência se ampliou indevidamente, para julgar crimes de policiamento, até então entregues à Justiça Comum.

Daí decorreu, praticamente, a impunidade dos policiais militares que, atuando nos órgãos próprios e de maneira espetacular, passaram a matar a torto e direito, eliminando centenas de pessoas, delinqüentes e marginalizados e também menores e trabalhadores, como atestam estatísticas veiculadas pelo comando da própria Polícia Militar em São Paulo.

Como sempre acontece, essas eliminações são dadas como resultantes da troca de tiros entre a polícia e suas vítimas, muito embora se apurasse, em muitos casos, que os disparos eram feitos à "queima roupa", pela constatação, no corpo da vítima, de inúmeros ferimentos que indicavam a proximidade entre executor e executado, o que, por si só, exclui a hipótese de tiro-teio.

OS MCS E A OPINIÃO PÚBLICA

Hoje, depois de uma programada e permanente propaganda da violência, dirigida, na sua maior parte, pelos meios de comunicação às populações de baixa renda, conseguiu-se formar, deformando, toda uma opinião favorável à matança que se vem fazendo, como maneira única de se dar segurança ao povo carente. A aceitação popular dessa política chegou a tal ponto que comunicadores e policiais que se notabilizaram, os primeiros pelo incentivo à violência e os segundos pela prática mesma da violência, conseguiram votações consagradoras nas eleições de 1986. É o que aconteceu com as eleições de Afanazio Jazadji, comunicador que atua hoje na Rádio Capital, do coronel Erasmo Dias e do policial militar Roberval Conte Lopes, conhecido pelo vulgo de "capitão Conte".

O primeiro deles, mediante montagem de entrevistas obtidas por seus auxiliares, aparece como uma pessoa que enfrenta delinqüentes e autoridades, buscando pôr em relevo o que pretende ser a "verdade", a "sua verdade". Prega a desobediência à lei pela polícia, ao sugerir aos policiais que "antes da lei há o bom senso". Com isso ele está afirmando que quem faz a lei é o policial. E é o policial também quem julga, pois na medida em que o delinqüente é sempre mentiroso e mau por natureza, sua culpa está de antemão estabelecida. Daí a execução sem julgamento, com o elogio dos policiais que assim agem. (Justiça e Paz, p. 25)

O coronel Erasmo Dias é por demais conhecido pelas violências que cometeu quando secretário da Segurança Pública em São Paulo, como mandatário da Ditadura Militar. Todos estamos lembrados da invasão da PUC pela polícia, quando três jovens sofreram, impunemente, graves queimaduras por bombas fumígenas.



O coronel Erasmo Dias é por demais conhecido pelas violências que cometeu quando secretário da Segurança Pública em São Paulo, como mandatário da Ditadura Militar. Todos estamos lembrados da invasão da PUC pela polícia, quando três jovens sofreram, impunemente, graves queimaduras por bombas fumígenas. Ele se elegera com um cartaz em que aparecia travestido de "Sherif" americano, tirado de um filme de "bang-bang".

O "capitão Conte", quando de um assalto recente em Mogi das Cruzes, cidade vizinha de São Paulo, apareceu no local — e note-se, já estava desligado da polícia — e matou dois delinquentes. Não obstante declarações de autoridades, relativas à irregularidade de sua atuação, as duas mortes não foram suficientes para a abertura de processo regular.

Por outro lado, as entidades que se organizaram para a defesa dos direitos humanos, passaram a ser alvo de ataques violentos desses mesmos comunicadores, com o apoio de setores da própria administração pública, questionando-as pelo desempenho de sua tarefa, para desqualificá-las, sob a alegação de que direitos humanos não são direitos de bandidos.

No prosseguimento dessa campanha, acena-se com penas mais rigorosas, tratamento carcerário desumano, diminuição da idade de responsabilidade criminal e, por último, com a legalização da pena de morte, esta, na prática, já existente em limites amplos, pelos assassinatos nas ruas ou linchamentos nas praças.

Como se vê, o "esquadrão da morte", que se desmanchou àquela época, ressurgiu, sob outras formas e até com maior virulência e apoio das classes populares, inconscientes, muitas vezes, do que representa para elas a violência policial. São, agora, os "justiceiros", na sua grande maioria policiais aposentados ou nos seus períodos de folga, ou pessoas ligadas à polícia, que se juntam a comerciantes e líderes das pequenas comunidades e, dentro delas, aplicam aquilo que consideram justiça. E o fazem impunemente, porque contam com o respaldo da própria polícia, que deixa a essas organizações aquilo que poderíamos chamar de "serviço sujo".

O DESTAQUE NA IMPRENSA ESCRITA

Na verdade, a própria imprensa escrita tem sua parcela de responsabilidade por

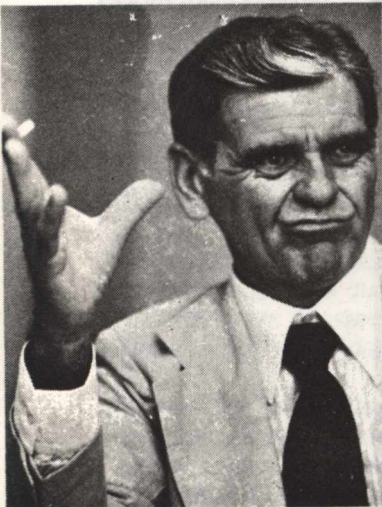
esse estado de coisas, que ela própria aco-riçoa. A socióloga Maria Victória Benevides faz referência, em seu livro "Violência, povo e polícia", à mudança de atitude da imprensa tradicional, em relação à violência. Diz ela: "Jornais contidos — a imprensa "honesto, sóbria e dignificante" — passaram a destacar manchetes em primeira página e a dedicar amplo espaço aos temas da delinqüência violenta. O exemplo do "Jornal do Brasil" é o mais explícito: em janeiro de 1981, o jornal passou a publicar uma rubrica especial, intitulada **Violência**, no alto da folha, com o mesmo destaque das tradicionais **Política, Governo, Internacional, Esportes** etc. Além dessa inovação, inédita no jornalismo nacional, o JB inaugurou uma seção de primeira página, com a cronologia dos eventos violentos na cidade do Rio de Janeiro ("A Violência de Ontem").

"O Estado de São Paulo", embora de forma mais discreta, passou a reservar maior espaço ao tema, destacando-se editoriais sobre as causas da violência e o papel da repressão policial. A "Folha de São Paulo" editou cadernos especiais sobre violência, e, além do amplo noticiário, abriu espaço para o tratamento do tema por analistas. O "Jornal da Tarde" — vespertino da empresa "O Estado de São Paulo" — publicou reportagens em série como ("Cuidado São Paulo: registro instantâneo de uma violência interminável", em janeiro de 1980); especializou-se no acompanhamento diário de "casos especiais" ("Acompanhe: começa a grande caçada ao estupra-dor", em agosto de 1982) e abriu maior espaço para cartas dos leitores sobre o tema. Revistas semanais dedicaram capas à violência urbana ("Veja" chegou a qualificá-la como "guerra civil"). Acentua-se que o jornal "O Estado de São Paulo", que dera irrestrito apoio às investigações sobre o "esquadrão da morte", hoje se inscreve com seu co-irmão "Jornal da Tarde", entre os órgãos da imprensa que vêem com olhos benevolentes essa verdadeira caçada humana que a todos arrepiá.

A ESTIGMATIZAÇÃO DO "MARGINAL"

Sustenta-se, ainda, que a concentração urbana que se acentuou nas últimas décadas — melhor diríamos a inchação das cidades —, constitui-se em fator importante na análise da violência.

Realmente, dada a inexistência de uma política agrária permissiva da fixação do homem no campo em condições dignas, as cidades acolhem levas de trabalhadores rurais, muitas vezes atraídos pela imagem de



Erasmo Dias criou o "Serviço Reservado" em SP e distribuiu cartezinha de tira para todo mundo.

uma sociedade rica a que julgam poder ter acesso. Ao contrário, chegados às metrópoles perdem, rapidamente, a sua identidade. A família se desfaz na vida das favelas e cortiços — hoje em São Paulo cerca de seis milhões de pessoas que vivem em condições subhumanas, em favelas ou cortiços. A necessidade de subsistir separa marido, mulher e filhos. O homem vai para o trabalho aleatório, da mão-de-obra não especializada ou do subemprego, as mulheres buscam emprego nas casas de famílias ricas; e as crianças vão para as ruas, para servir de pasto às quadrilhas de ladrões, de traficantes e de aliciamento para a prostituição.

Essa população marginalizada em termos sócio-econômicos e do acesso à Justiça, é duplamente atingida pela violência. Ela, repita-se, vive em condições precárias de subsistência — nas favelas desprovidas de um mínimo de serviços de infra-estrutura ou nos cortiços onde maior ainda é a

promiscuidade. Além disso, acuada entre a violência da polícia (os eternos suspeitos, os desocupados, os marginais) e a violência dos delinquentes.

Não compartilho da opinião daqueles que condicionam a criminalidade à pobreza. Esta, por si só, não pode ser considerada como causa determinante do crime. Mas, sem dúvida, pode, em certas circunstâncias, gerar condições para o surgimento e o incremento da criminalidade.

O grave, nisso tudo, é que a estigmatização do "marginal", na qualificação genérica dos pobres e carentes, sustenta a tese "miséria gera criminalidade" e a idéia de irrecuperabilidade dos criminosos impulsiona maior repressão, a qual ganha novos impulsos na violência policial e na associação "polícia-bandido", com a instituição, ontem, dos "esquadrões da morte" e, hoje, dos chamados "justiceiros", ambos cevando-se na violência e na corrupção.

A violência urbana causa outra vítima

Mais uma vez, a "brincadeira" de atirar pedras nos carros que passam terminou de maneira trágica, no início da madrugada de ontem. O motorista de uma Brasília branca, alvo de pedradas na avenida Engenheiro Luls Carlos Berrini, no Brooklin, em frente à favela do Jardim Edite, decidiu revidar. Voltou, saltou do carro de revólver em punho e disparou, matando a doméstica Suell Aparecida de Oliveira, 21 anos.

Ontem à tarde, no velório no barraco n.º 70 da favela, o pai de Suell, Eduardo Antônio de Oliveira, dizia: "Minha filha morreu no lugar dele." Enquanto isso, "Cascão", o apedrejador, de 15 anos, passeava pelas redondezas.

Para o delegado titular do 27.º Distrito Policial, Gilberto Adamo Selaro, a morte de Suell é consequência "dessa legião de neuróticos que a gente vê por toda parte".

Reportagem de Ricardo Kotscho, na pág. 13.

Polícia tortura preso na frente do repórter



"13 Anos de Saudade"

SCUDERIE DETETIVE LE COCO tem a honra de participar ao povo autoridades e a classe policial que fará realizar missa em memória de seu Patrono Detetive Milton Le Cocq D'Oliveira no dia 29 de agosto do corrente às 11 horas, na Igreja de São Francisco de Paula no Largo de São Francisco.

A Diretoria



Missa da Scuderie: condenada pela igreja

A censura a serviço da impunidade

Violência: além das manchetes policiais

Hoje, em qualquer cidade com mais de 30 mil habitantes, a população só adormece com as portas travadas e o ouvido atento a qualquer ruído estranho. Os bandidos estão soltos na rua. (?) Não se anda mais desacompanhado e nem sem olhar para os lados. Qualquer indivíduo mal vestido no ônibus é um batedor de carteira em potencial. Qualquer desconhecido é a possibilidade de um anormal, um esturpador, um assassino.

Dois investigadores vão "barbarizar" um preso de 20 anos. Um dos policiais, antes de começar a bater, tira toda a roupa, fica só de sunga. O outro avisa o repórter: "não vá se impressionar com essas cenas rotineiras". O primeiro completa: "é isso aí, repórter, hoje você vai ver como se faz um boi babar." Eles mandam e o preso fica nu, obedecendo com a calma de quem vai comer uma feijoada. A cena, verdadeira, aconteceu numa delegacia de São Paulo e acontece milhares de vezes por dia nas delegacias do Brasil. Sem advogados, sem comitês de anistia, os presos — culpados ou suspeitos — continuam submetidos à tortura, já aceita como "método" pela polícia.

O perigo de cada dia

A violência urbana no Brasil não é tanto um mistério sociológico quanto um caso de polícia — ou de falta de polícia.

"Bandido tem que morrer"

No dia 23 de novembro de 1968, o bandido Nego Sete foi executado pelo Esquadrão da Morte. O delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury é acusado de comandar esse assassinato.

A violência corrompe

Em todo o país, não existe um único policial preso pela tortura de presos comuns

É ainda Maria Victória Benevides que assinala, no livro citado, que de setembro de 1979 a janeiro de 1983, ocorreram no país quase cem linchamentos, ou tentativas, sobretudo no eixo Rio-São Paulo e indaga até quando a sociedade se acostumará com a prática do linchamento, do mesmo modo que fecha olhos piedosos sobre os "esquadrões da morte" e a tradicional tortura de "suspeitos" e presos, sempre oriundos das camadas sócio-econômicas mais marginalizadas. E adverte: a questão não é apenas moral. Qualquer visão das relações entre Estado e sociedade, entre direito e cidadania, torna o tema da Justiça e da segurança uma questão eminentemente política. Não se trata de fazer guerrilha sobre o desespero da nova "guerrilha urbana". Basta lembrar o que deveria ser óbvio: enquanto a população continuar temendo a polícia e descrendo da ação da justiça, é a segurança da sociedade em seu conjunto que está em jogo.

A revista "Veja", de 7 de janeiro de 1987, noticia vários linchamentos: o do ex-policia Josa Nestor, em Amambai, Mato Grosso; na pequena cidade de Ipiaú, na Bahia, cinco delinquentes encontravam-se recolhidos na Delegacia de Polícia local e foram dela retirados por populares que os mataram a pauladas e a tiros. Em Umuarama, no Paraná, três jovens foram queimados ao final de uma festa macabra, que teve início às 5h30 da manhã, para terminar por volta das 11h. Na BR 101, entre Curitiba e Joinville, cerca de cento e cinquenta motoristas retiraram três assaltantes de um carro da polícia e os assassinaram a marteladas e golpes de chaves de roda.

A agravar esse panorama, tenha-se em consideração uma Polícia Militar treinada para operações de guerrilha urbana ou rural, cuja organização, por isso mesmo, depende de um órgão do Exército — a Inspeção das Polícias Militares — ao qual incumbe determinar o seu efetivo, tipo de equipamento, armamento, planejamento etc., etc. A essa polícia, que se constitui, praticamente, num dos braços das Forças Armadas, incumbem as atribuições do policiamento ostensivo, que numa flagrante inversão de suas atividades preventivas, de preventivas que deveriam ser, passaram a ser eminentemente repressivas.

O CONTEXTO IDEOLÓGICO DA PRÁTICA DA VIOLÊNCIA

Pois bem, não obstante se afirme que o Brasil permeia, hoje, o caminho da democratização, o que é discutível, as forças policiais brasileiras não alcançaram, ainda, as características de uma polícia democrática. São autoritárias e arbitrárias, não chegan-

do, os seus responsáveis, a compreender que a atividade policial deve ser exercida em benefício do povo, para lhes dar segurança e tranquilidade. Sem a participação popular, a polícia não encontrará suas finalidades e continuará a ser mais um instrumento das classes dominantes, na opressão do povo.

Vencida, porém, a fase mais crítica da repressão política e amenizada a censura, a questão ideológica superou a problemática dos direitos humanos, pois, para as chamadas elites dirigentes a repressão violenta é a maneira mais realista de se conter uma população de cerca de noventa milhões de marginalizados nas fronteiras que impedem ou dificultam sua atuação política, em busca de novos espaços que possam ocupar, no objetivo de seu desenvolvimento mais harmônico e consentâneo com a dignidade da pessoa.

A conseqüência foi o endosso, primeiramente de maneira mais tímida e depois com mais desenvoltura, da política que privilegia a violência com métodos de combate à criminalidade.

Nas cidades, o número de menores e de adultos assassinados pela polícia chega a ser alarmante. No Rio de Janeiro, por haver se recusado a entrar num carro de presos, o professor de natação Marcellus Gordilho Ribeiro, da Universidade Gama Filho, de 24 anos, foi espancado até a morte por quatro policiais militares.

No dia 2 de junho de 1987, grupos de soldados do 1º Batalhão da PM, ainda no Rio de Janeiro, invadiram residências no Morro do Catumbí, onde no dia anterior fora assassinada uma pessoa e feridas mais duas pela própria Polícia Militar.

Em São Paulo, oito PMs mataram cinco rapazes na madrugada do dia 15 de fevereiro de 1987. Esses rapazes, que apenas faziam algazarra nas ruas de uma comunidade de Vila Matilde, na periferia da cidade, foram presos pelos policiais e, em seguida, mortos a tiros no local conhecido como morrão do Savoy.

Também em São Paulo, dois menores de 16 e 17 anos, foram mortos por policiais nas proximidades da favela Heliópolis, que os enterraram no local. Esse fato aconteceu em março de 1986.

E não poderia ficar sem menção o assassinato de Fernando Ramos da Silva, que todos vimos no filme "A lei do mais fraco", representando o "Pixote", morto a tiros por policiais da PM, em agosto de 1987. E note-se, esse assassinato faz parte de cento e noventa outros cometidos na região de Diadema, em menos de um ano. E nos campos, assistimos hoje a uma escalada de violência como jamais aconteceu no Brasil.

Enquanto a população continuar temendo a polícia e descrendo da ação da justiça, é a segurança da sociedade em seu conjunto que está em jogo.

Os números, a propósito de um e de outro caso, são realmente alarmantes. A própria direção da polícia de São Paulo divulgou, pela imprensa, que matou 328 pessoas em 1983, 481 em 1984, 584 em 1985 e, até setembro de 1986, 220 pessoas. (Folha de São Paulo, de 12.10.1986). Não temos os números totais de 1986 e nenhum dado relativo a 1987, mas pelo silêncio das estatísticas, bem podemos avaliar quais sejam as cifras hoje atingidas. São eliminações sumárias, praticamente impunes, pois a justiça especial, denominada "militar", montada para o julgamento da maioria dos casos de violência policial é benevolente e tende sempre para a impunidade. Estudos recentes, ainda não divulgados, falam de cerca de 90% de absolvições nos processos submetidos a julgamento pela Justiça Militar da Polícia Militar de São Paulo, em casos de crimes praticados por policiais militares.

O TRATAMENTO AOS DEFICIENTES MENTAIS

Cabe, nesse passo, abordar a questão dos deficientes mentais, que se encarta como mais um capítulo da grande problemática da violência. Trata-se de questão crucial. No estrito domínio da saúde mental, pelos dados correntes, divulgados pelos órgãos oficiais, 12% da população brasileira compõe-se de deficientes mentais. Quer dizer, dentre cerca de 130 milhões de pessoas, pelo menos 15,5 milhões são deficientes mentais.

A que se deve essa lamentável situação? Em primeiro lugar, à fome. Quando se sabe — e não estou dizendo novidade alguma — que o cérebro de uma criança atinge o seu limite de crescimento aos dois anos de idade e que isto depende de uma alimentação adequada, capaz de gerar os vinte milhões de neurônios imprescindíveis a uma vida normal, e que essa alimentação, na maioria das vezes, é escassa, é insuficiente ou nenhuma; quando se sabe que a estruturação psíquica de uma criança se faz ao longo de seus seis primeiros anos de vida, instante em que ela necessita do carinho e do amor, que somente a existência familiar permite, e que esta existência se torna impossível quando a própria família se desfaz como consequência de um modelo econômico concentrador de renda a determinar o desemprego, o salário injusto etc., etc.; que a poluição das grandes concentrações industriais vem determinando o nascimento de crianças desprovidas de cérebro, como já aconteceu em Cubatão, no Estado de São Paulo; que o homem comum não consegue estruturar o seu tempo dentro de critérios de normalidade (ritual,

passatempo, atividade, intimidade e isolamento); que o trabalho é fonte de ansiedade, porque, diante da recessão que atravessa o país, o trabalhador não sabe se ao entrar na fábrica, pela manhã, irá encontrar o seu cartão de ponto, ou se vai encontrá-lo à hora do almoço, ou, ainda, quando completa a sua tarefa diária; se ele não tem garantia de que vai respirar no dia seguinte, ou se vai comer, ou se vai poder morar, tudo isto explica o grande contingente, que aumenta em proporções inimagináveis, daqueles que, a critério das classes dominantes, são considerados incômodos à convivência social, e, assim, segregados, numa violência dita necessária porque vêm ao encontro da preservação de um dado modelo político.

A internação, no caso, apresenta-se como forma de controle social, com fundamento na legislação existente, nas decisões dos tribunais, nas organizações médicas e nas instituições psiquiátricas e, o que parece importante, pelo desejo pessoal de controlar uns aos outros. Nossa sociedade qualifica-se, nesse caso, se assim se pode dizer, pelo uso indiscriminado das justificativas psiquiátricas, que vão desde a declaração de incapacidade mental dos parentes ricos, à tentação de afastar os inconvenientes do convívio social.

São Paulo serve, ainda, de exemplo desse lamentável estado de coisas. Nos primeiros meses de 1983, eclodiu uma rebelião no Manicômio Judiciário de São Paulo, estabelecimento que foi invadido pela Polícia Militar, cujos agentes mataram seis pacientes e um funcionário, na fuzilaria que se seguiu à entrada dos milicianos na casa, fuzilaria contra, como se constatou, pessoas desarmadas e desesperadas.

A gravidade do fato veio à tona, verificando-se, então, dentre outras irregularidades, que para o Manicômio Judiciário são enviadas centenas de pessoas que juízes julgam loucas (sem que saibamos o que entendem por loucura), sendo ali submetidas a um processo contínuo de degradação e desumanização. Encurralados entre um pátio infecto e dormitórios promíscuos, os pacientes ficam inermes. E toda vez que alguém vira gente e reage, é visto como perigoso para a ordem e a disciplina.

A doença e o crime são, no mais das vezes, meras desculpas para afastar, ou simplesmente eliminar a todos àqueles que podem impedir o pretense e normal funcionamento de nossa sociedade, baseado na produção capitalista.

A doença e a delinquência são contradições do homem, mas são também um processo histórico e social, e, apesar disso, continuam fazendo sofrer as consequên-

A doença e o crime são, no mais das vezes, meras desculpas para afastar, ou simplesmente eliminar a todos àqueles que podem impedir o pretense e normal funcionamento de nossa sociedade, baseado na produção capitalista.

Existem muitos tipos de violência. Não nos deteremos apenas nos homicídios, pelo contrário, a atenção recairá sobre os excluídos, os "cacos", numa palavra, "sem-eira-nem-bora". A migração, para o povo brasileiro, por ser um fenômeno recente, para uma grande contingente a sair de sua terra, a maioria terá como destino a "sargeta migrar" é a condição de maior sofrimento máximo. A penalização e a violência já na saída do país. No meio do trânsito, como pai de família, se o estigma de sujeito temerário, de vagabundo, que vai se afastando de casa, a ser ninguém, analfabeto, talvez em algum momento na cidade, a metrópole como assim será percebido. Em certos momentos na cidade, passa por experiências de violência, nas quais todo o indivíduo é desqualificado pelo ato de violência. A cultura dominante, sob a influência de seus hábitos, linguagens, etc. Tanto a violência municipal quanto a violência estadual, a violência nacional, a violência internacional, a violência da perda da dimensão da existência humana. A chegada ao local de destino, a esperança de uma vida melhor, a violência de não ter um lugar. É mais do que um trabalho.

cias, sob acobertamentos vários, àqueles que são inocentes, como se se tratasse sempre de uma culpa individual, ao mesmo tempo em que se utilizam esses mesmos acobertamentos para relegar e destruir tantos quantos, de um modo ou de outro, estão excluídos do processo produtivo. Como é evidente que são sempre os marginais os que não têm poder econômico para se opor, os que não têm um espaço privado onde viver sua inadaptação, são eles os que caem sob as sanções mais rigorosas. O grupo dominante preserva a ordem pública, o ritmo produtivo, a eficiência e a nós — os sadios, os normais, os cidadãos.

Lembre-se ainda o que acontece com os homossexuais, objeto de repressão violenta, com assassinatos, cuja autoria não se desvenda, como está estampado na imprensa diária.

O "MUTIRÃO" DA NOVA REPÚBLICA

Não poderíamos, contudo, encerrar estas palavras, não obstante já vão elas se alongando em demasia, sem mencionar a desorientação governamental, a propósito do que deva ser uma política penitenciária, capaz de modificar a situação de verdadeiro caos em que nos encontramos.

Ao assumir o governo da República, o presidente José Sarney convocou os vários segmentos da sociedade civil brasileira para um "mutirão contra a violência". Os resultados qualificaram-se pelo incentivo à violência policial. O "endurecimento" da atuação policial propriamente dita e da administração dos presídios, resultaram: a primeira, em mais mortes nas cidades e nos campos, e, no segundo caso, em rebeliões sangrentas nos estabelecimentos fechados do Estado, manicômios e presídios.

Em São Paulo, a partir da revolta do Manicômio Judiciário em 1983, além de outras ocorridas em presídios comuns, como em Sorocaba, Campinas, Araraquara e Jacaré, tivemos os motins de Presidente Venceslau em setembro de 1986, quando o próprio governo do Estado admitiu sua responsabilidade pelas mortes havidas e, mais recentemente, em julho de 1987, as 31 mortes no Presídio do Carandirú, de trinta detentos e de um funcionário, pessoas assassinadas pela polícia e guardas do presídio, depois da liberação dos reféns que se achavam em poder dos amotinados.

Acrescente-se a isso as propostas de maior rigor a propósito da prisão processual, restabelecendo-se o sistema anterior, de maior rigor, com a revogação da chamada "Lei Fleury".

Semelhante atitude governamental, inspirada em estilos que se originaram no Ministério da Justiça e na Consultoria Geral da República, recebeu o repúdio, pode-se dizer, unânime, dos juristas brasileiros. E a propósito, o jurista e advogado Evandro Lins e Silva enviou carta ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, desligando-se do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, onde alinhava os argumentos mais incisivos, a contrariar as iniciativas oficiais de um endurecimento geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê, se não temos hoje o "esquadrão da morte" de ontem, toda a política governamental se orienta no sentido de alcançar com a violência institucionalizada ou tolerada por seus instrumentos de ação — a polícia, a justiça, a prisão — apenas a contenção e o afastamento das classes populares, pelo simples fato de que um povo intimidado não tem condições de participar dos debates sociais, políticos e econômicos que afligem o país.

Ora, enquanto consideramos a segurança do cidadão segundo departamentos estanques — a polícia, Judiciário e Ministério Público, sistema penitenciário — não teremos condições, sequer, de equacionar o problema. Polícia-Justiça-prisão são partes de um mesmo todo e enquanto não funcionarem como tal, a polícia continuará violenta, a justiça permanecerá como instrumento de opressão e o presídio, fonte de corrupção e de violência. Enfim, a violência é atribuída aos marginalizados, tomada a palavra na sua mais larga acepção, e contra ele se joga uma violência ainda maior, que visa, em última análise, a sua eliminação. Essa violência, os fatos estão aí para comprovar, tem se exercido contra os jovens, os doentes, os desempregados, os negros, os trabalhadores e, num espectro mais amplo, contra todos os que protestam contra o sistema de espoliação em que vivemos.

A transformação da sociedade, no sentido de uma justiça e de uma fraternidade cristã, num mundo marcado pela violência e pela injustiça, exigirá também a denúncia profética de tudo o que se opõe à dignidade do homem e ao Plano de Deus.

E a superação da violência somente poderá ser encontrada quando o povo — que sofre — puser em prática o que for descobrindo nessa caminhada pelo aperfeiçoamento do homem.

* Jurista, secretário dos Negócios Jurídicos do município de São Paulo e presidente do Centro Sto. Dias de DH da arquidiocese de São Paulo.

Polícia-Justiça-Prisão são partes de um mesmo todo e enquanto não funcionarem como tal, a polícia continuará violenta, a justiça permanecerá como instrumento de opressão e o presídio, fonte de corrupção e violência.